

Educar-se ao mundo: percepções acerca das africanidades

Paulo César Antonini de Souza*

Resumo

Este ensaio pretende apresentar algumas reflexões sobre o estudo das africanidades nas instituições brasileiras de ensino. Buscando referência na legislação e em outros estudos sobre esta temática, o texto segue uma linha de raciocínio que apresenta a necessidade desta discussão para a prática educacional. Nesse sentido, propõe uma reflexão sobre o significado da educação em sua origem africana, com a perspectiva da diversidade e do respeito.

Palavras chave: africanidades; educação; diversidade.

To educate the world: perceptions about the africaness

Abstract

This essay intends to present some reflections on the study of the africaness in Brazilian institutions of education. Based on laws and in other studies about that approach, this text follows a line of reasoning presenting the need for this discussion to educational practice. In this meaning, it proposes a reflection on the education signification in their African origin, with the diversity and respect perspective.

Keywords: African, education, diversity.

Introdução

*A cultura e o folclore são meus
Mas os livros foi você quem escreveu (...)
Por isso temos registrado em toda história
Uma mísera parte de nossas vitórias*
(Palmares 1999 – Natiruts)

Na perspectiva de reconhecimento da cultura afro-brasileira em nossa sociedade, bem como sua significação e presença nos espaços destinados à formação escolar, o presente ensaio procura apresentar algumas reflexões sobre as construções ideológicas e culturais que geram ações discriminatórias e preconceituosas, assim como os significados desses

fenômenos ao processo de educar-se, podendo dessa maneira tornar-se um instrumento de apoio para a prática educativa docente frente às africanidades.

A respeito das africanidades, Silva (2003a) apresenta em “Africanidades brasileiras: esclarecendo significados e definindo procedimentos metodológicos”, uma discussão bastante aprofundada do termo e de seu alcance para a prática escolar:

A expressão africanidades brasileiras refere-se às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, queremos nos reportar ao modo de ser, de viver, de organizar suas

lutas, próprio dos negros brasileiros e, de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (p.26).

No intuito de valorizar a cultura brasileira em sua totalidade, disposições legais foram criadas, como a Lei nº 10.639/03 que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003), recentemente alterada pela Lei nº 11.645/08, que também contempla a educação indígena (BRASIL, 2008), ambas relacionadas diretamente à alteração da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional buscando promover junto às instituições de ensino, o estudo das culturas afro-brasileiras e indígenas, na expectativa de que o estranhamento perante estas populações deixe de existir, construindo assim, uma base coerente no que diz respeito aos grupos sociais diversificados que constituem o povo brasileiro.

Pensando nesta abordagem, é importante destacar o sentido dado neste texto à expressão *educar-se ao mundo*, cuja intenção se volta à aproximação entre ser humano, meio e sociedade, própria ou desvelada pelas vias escolares, de maneira a compreendermos nossa existência sem dicotomizar as relações experienciadas¹.

Sendo assim, e falando especificamente a respeito do educar-se frente às africanidades, é bem-vinda a compreensão de Silva (2003b):

¹ A orientação filosófica deste estudo se sustenta na fenomenologia de Merleau-Ponty (2006), para quem não é possível compreender o mundo e o ser humano em fragmentos, no entendimento de que as relações humanas transcendem determinações racionais da existência.

Torna-se educado quem frequenta escolas e faculdades; entretanto, se os benefícios de tudo que aprender for usufruído apenas individualmente, sem reverter para o fortalecimento da comunidade, tem-se uma “pessoa estudada”, mas não educada. Só se torna educado quem se vale da educação para progredir no *tornar-se pessoa*, o que implica fazer parte de uma comunidade (p. 186).

Freire (2006a) nos lembra que enquanto seres humanos comprometidos *uns-com-os-outros-ao-mundo* (GONÇALVES JUNIOR; SANTOS, 2006) e portanto, responsáveis por nossa atuação nele, devemos atentar à toda situação em que nos inserimos, pensando em “si mesmos e ao mundo, simultaneamente, sem dicotomizar esse pensamento da ação” (FREIRE, 2006a, p. 82).

Em relação aos afro-descendentes², o desrespeito à sua origem e a ausência das raízes culturais de seu povo nos processos educativos institucionalizados privilegiando saberes europeus ou estadunidenses, reforça a existência de um mundo demarcado por limites (DUSSEL, 2005).

Silva (2000) nos lembra que os “modos de ser, viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (p.151)” devem ser considerados tanto nas representações sociais, quanto como elemento dos conteúdos escolares, pois dizem respeito à

² É significativo considerar que a assunção da afro-descendência por muitos brancos, também vem crescendo no país, principalmente no intento do uso das medidas afirmativas, entretanto, são as pessoas com a pele negra que melhor vivenciam experiências negativas de discriminação ou preconceito.

instrução/formação das pessoas que constituem a sociedade; o que possibilitaria a vivência/compreensão/assunção das africanidades por todos dispostos a reconhecer-se enquanto seres no mundo.

Assim, conhecer a origem histórica, os valores culturais e sociais, e a forma como as pessoas compreendem-se e ao mundo, levando esse conhecimento para o espaço onde se formaliza a educação, poderia indicar o início de uma caminhada ao encontro deste ideal educador (LE MOS, 2008), pois como nos lembra D'Alkaime: "Qualidade acadêmica que não serve para construir um país, pessoas, comunidades, não serve para nada" (SILVA; BERNARDES, 2007, p.64).

A origem histórica e cultural africana que foi e, apesar dos esforços legislativos, ainda continua ignorada em grande parte do Brasil (ACAYABA; REIS, 2008), nos faz pensar sobre que valores em prol da cidadania realmente movimentam nossa sociedade. E também, que cidadania é esta que se pretende fomentar.

Percebemos nos discursos populares e na escrita da História Brasileira o descaso em relação à abordagem das contribuições africanas pelo espaço instrucional, fundamentado em uma teoria segundo a qual, brancos e negros convivem em nível de igualdade (CUNHA JR, 2007).

A esse respeito, é interessante considerar que "os sistemas se inventam, se autodefinem, crescem e se autodefendem até se converterem num câncer que ninguém mais pode extirpar" (DUSSEL, s.d., p.205), o que de certa forma, legítima determinadas posturas e pré-conceitos.

Um recorte histórico

Para que possamos compreender o momento atual no que diz respeito ao desvelamento dos valores culturais dos afro-descendentes, é necessário nos voltarmos para um período da formação social do Brasil.

Durante a colonização, os negros retirados de diversos países do continente africano foram intencionalmente distribuídos pelo Brasil, de maneira a direcionar a mão-de-obra específica, considerando-se que povos de regiões diferentes da África apresentavam níveis específicos de formação, portando habilidade técnica para desenvolver trabalhos como agricultores, ferreiros ou mineiros.

No século XIX com o início da industrialização brasileira, o governo começa então, a incentivar a imigração européia, com formação específica, de profissionais habilitados para o desenvolvimento de determinadas funções (PESSANHA, 2005; MELO; ARAÚJO; MARQUES, 2003; COLBARI, 1997). A intenção, além de substituir a mão de obra perdida com a abolição, era contribuir para a formação étnica e social do ideal de povo brasileiro concebido pelos governantes da época, tendo como parâmetro, como lembra o Prof. Evaristo de Moraes Filho em entrevista realizada em 1998 para Hiro Barros Humasaka e Luitgarde O. C. Barros: o "branqueamento da população brasileira através de miscigenação e da imigração de indivíduos brancos, louros (italianos, alemães, espanhóis, portugueses, etc.)" (HISTÓRIA DA CIÊNCIA, 1990, p.1).

Esse posicionamento encontra bases quando, ainda em meados do século XIX na Europa, o termo raça deixa de ter uma concepção apenas biológica (TORRES, 2007) e passa a ser aplicado

para ressaltar as diferenças sociais e culturais, sendo aplicado como instrumento de re-significação do ser humano com base em uma hierarquia étnica e na cor da pele, procurando apontar a inferioridade de um para com o outro.

Orientado pelos valores europeus, o governo brasileiro, em uma tentativa de mostrar que era um país formado por uma só raça, começa a promover os aspectos positivos da miscigenação, utilizando inclusive a Arte como instrumento de afirmação ideológica. Um exemplo desta afirmação é observada no óleo sobre tela “A redenção de Cã”³, pintada pelo espanhol naturalizado brasileiro, Modesto Brocos Y Gomes em 1895, e atualmente no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (figura 1).



³ “À porta de um casebre, uma ex-escrava agradece aos céus a pele clara do netinho, sustentado ao colo pela mãe, uma jovem mulata que tem a seu lado o marido, lusitano típico. A **Redenção de Cã** consiste, por conseguinte, no branqueamento da raça, através de gradativos cruzamentos (...).” (LEITE, 1999).

(Figura 1: A redenção de Cã – BETTE DAVIS’ EYES, 2008).

Entretanto, é significativo atentarmos para a reflexão de LIMA (2007) a respeito dessa miscigenação brasileira, que promoveria a manutenção da ordem, disfarçada através de uma falsa proximidade:

Tolera-se a diferença, desde que essa não seja, de fato, diferente. Prega-se uma miscigenação genérica que caracterizaria certo bom convívio entre as raças desde que as pessoas não se reconheçam distanciadas desse projeto e não formem identidades paralelas a ele. Ou, desde que a suposta cordialidade jamais traga à tona seu projeto de silenciamento sobre um passado de intensa violência sobre o qual a elite jamais se responsabilizou, mas manteve-se branca e “cega a cores” (*colour blinded*)” (p. 8).

A partir desse projeto de construção social, fica evidente o motivo pelo qual até os dias de hoje, quando se fala em direito de igualdade aos afro-descendentes, muitas pessoas se recusam a aceitar que exista alguma forma de discriminação no Brasil. No entanto, se esta não estivesse presente, não seriam necessárias as medidas legais, que discutiremos a seguir, para reconhecimento da diversidade, medidas que são a voz do outro, vozes que segundo Dussel (s.d.) são de “exigência, chamamento peremptório a um trabalho libertador” (p. 241).

Africanidades, ocultamento e legislação

A idéia da diversidade brasileira e da contribuição que as etnias trouxeram ao país, também são postulados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), em incentivo à valorização dessas influências na formação da sociedade brasileira,

reconhecendo assim, sua autenticidade, de maneira que o ideal democrático, no qual todos e todas tenham direito à dignidade e liberdade enquanto cidadãos⁴, e acima disso, como seres humanos, faça parte dos conteúdos escolares:

Recuperar as origens das diversas influências é valorizar os povos que as trouxeram e seus descendentes, reconhecendo suas lutas pela defesa da dignidade e da liberdade, atuando na construção cotidiana da democracia no Brasil, dando voz a um passado que se faz presente em seres humanos que afirmam e reafirmam sua dignidade na herança cultural que carregam (BRASIL, 1998, p. 154).

Porém, como nos alerta SILVA (2003b), para ensinar a partir da e na diversidade, particularmente no que diz respeito aos negros e indígenas, é necessário:

(...) conhecer sua história, ser sensível aos sofrimentos a que são constantemente submetidos, compreender sua visão de mundo, e aliar-se a lutas por seus direitos. Mais do que isto precisa empenhar-se na educação de novas relações raciais, o que significa ter presente que estes não são problemas dos negros ou dos indígenas, mas de toda sociedade brasileira (p. 194).

Portanto, a escrita e promulgação de leis, nas quais atitudes de respeito para com o outro, e o reconhecimento deste outro enquanto ser capaz de contribuir culturalmente na construção de uma

sociedade revela-se necessária para que esses direitos existam nos meios escolares e se principie uma mudança de olhar para as relações humanas na diversidade.

É nesse aspecto que o questionamento sobre o material utilizado nas salas de aula colocaria em cheque a idéia da Europa como centro mítico e histórico do mundo ocidental, no qual os ideais do renascimento italiano, da reforma e da ilustração alemã, do parlamento inglês e da revolução francesa, inferem na vida de homens e mulheres um modelo de mundo GRECO-ROMANO-EUROPEU, que ignora a importância de outras sociedades culturalmente diversas existentes, incluindo aí, as colonizadas.

Historicamente, a injunção dos valores europeus ao restante do mundo, apoiando-se inclusive na violência registrada durante a colonização para que fossem implantados, configurou os povos subjugados como elementos neutros de sua própria história, porém, paradoxalmente relevantes na produção e abastecimento da riqueza européia.

É a negação dessa situação e seu ocultamento, que desconsideram a necessidade de leis para que se cumpram ações, que deveriam ser tão naturais ao ser humano quanto respirar, ou seja, considerar o outro como parte de si e a esse respeito, Abramowicz e Silvério (2006), nos lembram que “Educar pela diferença é fazer dela um trunfo. Reconhecer e valorizar diferenças requer respeito. Porém é muito difícil respeitar o que não se conhece” (p.7).

A partir daí, e indo além de uma emancipação nacionalista, tentando fazer valer o que é originalmente nosso, Dussel (2005) sugere que busquemos a real libertação, através do

² Cidadãos são mulheres e homens que tomando a história dos grupos a que pertencem nas mãos, empreendem luta para que todos, nas suas particularidades sejam reconhecidos, aceitos e respeitados, buscam garantias para participar das decisões que encaminharão os destinos da sua comunidade, da nação onde exercem a sua cidadania, do continente onde vivem. (SILVA; ARAÚJO-OLIVEIRA, 2004, p. 6)

reconhecimento da existência do eurocentrismo e dos valores da alteridade, uma alteridade também na perspectiva de Makiuchi (2005), na qual “somos o que somos porque o outro existe e sua existência nos afirma” (p.29).

Assim, ao falarmos sobre africanidades, sua presença na escola e a importância de seu re-conhecimento para a construção de um educar-se eficaz, em que a ancestralidade, a comunidade e as relações pessoais que cada indivíduo traz em seu ser, tenham sentido naquele espaço, devemos atentar à força de controle moral e social que sustentam os estereótipos estruturais da comunidade. Essa força, geradora e mantenedora de preconceitos, convence que tudo que se refere ao povo é ruim, menor ou insatisfatório.

Apesar de discursos que legitimam esta inferioridade, pautada na valorização de uma pessoa sobre a outra considerando raça e etnia (ALGARVE, 2004), as ações afirmativas configuram-se como um avanço significativo na luta pela transformação social, pois, como reflete Rocha (2006) “(...) colocam em xeque determinados pilares de sustentação da atual ordem vigente” (p. 106).

“É a partir da diferença que se constroem os referenciais identitários. A identidade se constrói com relação à alteridade. Com aquilo que não sou eu. É diante da diferença do outro que a minha diferença aparece” (OLIVEIRA, 2003, p.83).

Em uma tentativa de reconhecer essa identidade, as políticas de ações afirmativas implantadas na expectativa de que os afro-descendentes tenham acesso às universidades, que até então não faziam parte de sua perspectiva por razões que vão desde a falta de oportunidade decorrente da situação

financeira até o racismo social “visível na forma subalterna como a população negra foi integrada e nas péssimas condições de vida dessa população” (COSENTINO, 2004, p. 4), a cada ano tem melhor aceitação nos meios acadêmicos.

Em sua relação com o espaço acadêmico, a luta do Movimento Negro Brasileiro ao longo de sua história também apresenta contribuições de valor significativo à inserção da cultura de origem africana na sociedade. Sua abordagem do assunto expõe, discute e organiza ações de conscientização popular buscando através de professores engajados, que acreditam na educação pela e na diversidade e desenvolvem sua prática considerando a pluralidade cultural brasileira (COSENTINO, 2004).

É importante no contexto desta discussão ressaltar que as percepções sobre preconceito, discriminação e racismo não são aprendidos na escola, sendo este último, especificamente, “(...) um fenômeno criado a partir do interesse de dominação e expansão do capitalismo mundial” (ROCHA, 2006, p.13), e que não será unicamente a utilização de medidas legais que promoverá sua reflexão, e sim a aproximação destas discussões no fomento de novas posturas sociais e éticas.

Em busca do sentido de educar-se

Consideradas a historicidade, formação social, busca pela libertação, valorização das diferenças e reconhecimento da alteridade, nos cabe tentar compreender os significados que dão sentido à existência de uma excelência acadêmica, pautada no educar-se. Especificamente, no educar-se frente às discussões acerca das africanidades.

Para isso é importante que projetemos, como já apontado anteriormente neste texto, a perspectiva do outro, de sua identidade, tanto nos sentidos de sua formação, quanto em suas relações com a comunidade da qual faz parte, na tentativa de perceber a leitura de mundo na alteridade, pois, segundo Freire (2008):

Homens e mulheres, ao longo da história, vimo-nos tornando animais deusas especiais: inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inconclusão, da limitação, da possibilidade, não basta. É preciso juntar a ela a luta política pela transformação do mundo. A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade (p.100).

A relação existente entre indivíduo e comunidade deveria fazer parte de toda medida que procura de alguma forma instituir ou promover ações em busca de valores educacionais de significado, tanto para aqueles que educam, quanto para os que são educados, considerando que essa ação de educar (-se), é elemento fundamental da vida de qualquer pessoa.

Nesse contexto, e retomando o objetivo desta discussão para o educar-se em respeito às africanidades, é interessante que consideremos que:

Na perspectiva africana, a construção da vida própria tem sentido no seio de uma comunidade, e visa não apenas o avançar de cada um individualmente. O crescimento das pessoas tem sentido quando representa fortalecimento para a

comunidade a que pertencem (SILVA, 2003b, p.181).

Fazer parte de uma comunidade, ter em si todo o conhecimento que aquela comunidade específica desenvolve nas relações entre os homens e mulheres que a configuram no mundo, não é apenas uma questão de posicionamento social, principalmente se atentarmos que assumir-se como parte de um determinado grupo implica em questões de valores nos quais a pessoa tem que acreditar. Valores com os quais ela se identifica, que são parte de seu ser, responsáveis, ou no mínimo relevantes para a caracterização de suas posturas perante o mundo e o(s) outro(s).

O respeito ao significado da comunidade para cada um de seus membros e a conseqüente formação identitária resultante dessa vivência é que possibilitam a formação de cada ser.

Reconhecer a comunidade, a identidade e os saberes que integram esse conjunto é que dão sentido ao educar-se, como considera Oliveira (2003):

A identidade de um povo pode ser reconhecida quando consideramos sua história e as singularidades desta história. Se podemos falar em identidade negra é porque existe uma história desse povo que comunga experiências comuns, singulares, e que enfrenta problemas semelhantes no decorrer do tempo (p.153).

Considerar o *aprender* no sentido que lhes dão as comunidades africanas, onde uma atitude de respeito fundamental “dos menos experientes para com os mais experientes, do aprendiz para com o mestre, dos mais jovens para com os mais velhos” (SILVA, 2003b, p. 186), e a intersubjetividade desses valores são relevantes não apenas para a formação

acadêmica, mas para a excelência desta formação.

A esse respeito, a Profª Joyce Elaine King (Geórgia State University/EUA), em roda de conversas realizada na UFSCar, lembra que a diversidade do pensamento e o respeito ao repertório de conhecimentos do indivíduo, são ponto de relevância quando se pretende essa excelência:

(...) só pode ser considerada excelente a formação dos médicos, [por exemplo] se estes forem capazes de utilizar o que aprenderam, em diferentes comunidades, se forem capazes de dialogar, para orientar pessoas de grupos populares, de diferentes pertencimentos étnico-raciais, e inclusive, para com elas aprender. É a atuação nessas comunidades e sua capacidade de com elas interagir, a prova definitiva da excelência da formação recebida (SILVA; BERNARDES, 2007, p. 62).

O respeito à diversidade, a utilização do conhecimento que o outro traz consigo, os significados e sentidos desse repertório é que podem orientar o desenvolvimento de ações afirmativas reais para a educação, como apresentado em trabalho anterior, baseado em intervenções desenvolvidas junto a discentes do ensino médio de escolas públicas desde 2006 (SOUZA, 2009a), onde se percebe que o educar-se parte da própria conscientização do ser em respeito às outras pessoas.

Considerações

(...) *A energia vem
do coração
E a alma não se
entrega não.*

(Palmares
1999 -
Natiruts).

Assim, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas na perspectiva de que o desenvolvimento das ideias apresentadas aqui alcancem algum sentido, ao falarmos de educação é importante considerar que os processos de ensino e de aprendizagem não são propriedade das instituições escolares. Esses processos fazem parte de nossas vidas.

Considerar os espaços, as culturas, as comunidades, seria o ponto inicial para uma educação libertadora (DUSSEL, s.d.), fundamental para a re-significação do país e do povo brasileiro enquanto pluri-étnico e multirracial, já que tratar “de ensinos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder” (SILVA, 2007, p.491).

Como responsáveis pelo fomento do tema africanidades nos ambientes escolares, os educadores e educadoras podem promover momentos de reflexão e atuação social para essa re-significação, na qual as pessoas tenham o direito de ser quem são trazendo consigo sua história, a ancestralidade e o entorno, sem constranger-se por isso, cientes de que cada ação humana, por mais simples, diz respeito a um todo muito maior, no qual somos um, e onde o produto desse ato é fruto das escolhas que fazemos ao conduzir nossa própria vida (SOUZA, 2009b).

Freire (2006b) nos lembra que ao mesmo tempo que ensinamos também aprendemos, e ter consciência deste inacabamento (FREIRE, 2006b, p.50-33) trará benefícios sociais e formativos à educação escolar se houver a assunção, pelos educadores e educadoras, dos saberes diversos do povo, valorizando e respeitando a todos e todas como parte significativa do mundo e como portadores de conhecimentos.

Sobre o educar-se na perspectiva da diversidade, especificamente das africanidades, talvez demande tempo, o que justifica a continuidade de ações em busca desta realização, afinal, como lembra o sociólogo Casemiro Paschoal da Silva, dirigente do Grupo de Cultura Afro-Brasileira Congada de São Carlos:

Quantos anos este país demorou para reconhecer a existência do líder negro chamado Zumbi dos Palmares? 300 anos. O zumbi foi assassinado em 1695, dia 20 de novembro, e dia 20 de novembro de 1995 este país reconheceu uma figura histórica importante deste país, um negro. Nós temos toda a calma do mundo. Uma raça que resistiu a 500 anos de opressão e escravidão tem toda a calma do mundo” (SILVA; BERNARDES, 2007, p. 89).

Esperemos então, que o sentido dessa busca pela educação plena do ser, alcance toda a sociedade, derrubando as barreiras que ainda nos impedem de identificarmos-nos como um povo único, não de uma raça só, mas de um só ideal.

Que este ideal seja, no mínimo, o respeito.

Referências

ACAYABA, C.; REIS, T. Colégios ignoram lei que obriga ensino da cultura afro. **Folha Online**. Educação, out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u460795.shtml>> . Acesso em: 12 dez. 2008.

ALGARVE, V. A. **Cultura negra na sala de aula**: pode um cantinho de africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas? 2004. 271f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Presidência da República. **Lei nº. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 jul. 2009.

_____. Presidência da República. **Lei nº. 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 15 jul. 2009.

_____. Presidência da República. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em 15 jul. 2009.

COLBARI, A. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 17, n. 34, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0102-01881997000200003&lang=pt>. Acesso em 18 out. 2009.

COSENTINO, T. R. **Movimento negro, raça e política educacional**. Anped, 2004. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt211249int.rtf>. Acesso em 20 jul. 2009.

CUNHA JR, H. Os negros não se deixaram escravizar. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 69, fev/2007. Disponível em:

<http://www.espacoacademico.com.br/069/69cunhajr.htm>. Acesso em: 20 jul. 2009.

DUSSEL, E. A pedagógica latino-americana (a antropológica II). In: _____. **Para uma ética da libertação latino americana III: erótica e pedagógica**. Tradução de L. J. Gaio, São Paulo: Loyola; Piracicaba: UNIMEP. [s.d.]. p. 153-251.

_____. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. 1ª ed. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 55-70.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 34ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006b.

_____. **Pedagogia da esperança**. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 44ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

GONÇALVES JUNIOR, L.; SANTOS, M. O. Brincando no jardim: processos educativos de uma prática social de lazer. In: VI EDUCERE – Congresso Nacional de Educação – PUCPR – PRAXIS, 2006. Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2006. v.1.

HISTÓRIA DA CIÊNCIA: **Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/Unicamp**. Universidade de Campinas, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência. Campinas, 1990. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/evavisto.pdf>. Acesso em 19 jul. 2009.

LEITE, J. R. T. **500 anos da pintura brasileira**. Rio de Janeiro: Log On, 1999. 1 CD-ROM. Windows.

LEMOES, F. R. M. História e cultura afro-brasileira: alguns subsídios. **Lecturas**, Buenos Aires, ano 13, nº 119, abr. 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd119/historia-e-cultura-afro-brasileira-alguns-subsidios.htm>. Acesso em 20 out. 2009.

LIMA, M. **Pela persistência da diferença: desvelando o discurso daqueles que querem nos transformar em uma nação monocromática**.

2007. 86f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MAKIUCHI, M. F. R. Alteridade. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.27-36.

MELO, H. O.; ARAÚJO, J. L.; MARQUES, T. C. N. Raça e nacionalidade no mercado de trabalho carioca na Primeira República: o caso da cervejaria Brahma. In: **Revista Brasileira de Economia**, vol. 57, n.3, Rio de Janeiro, jul./st. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0034-71402003000300003&lang=pt. Acesso em: 18 out. 2009.

NATIRUTS. **Povo brasileiro**. Rio de Janeiro: EMI MUSIC BRASIL, 1999. 1 CD, 56 min.

OLIVEIRA, E. D. **Cosmovisão africana no Brasil: para uma filosofia afrodescendente**. Fortaleza: LCR, 2003.

ROCHA, L. C. P. **Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo**. 2006. 125f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SILVA, P. B. G. Africanidades brasileiras: esclarecendo significados e definindo procedimentos metodológicos. In: **Revista do Professor**, 9 (73), p.26-30, jan./mar. 2003. Disponível em: <http://www.revistadoprofessor.com.br/system/biblioteca/materias/AFRICANIDADE.pdf>. Acesso em: 18 out. 2009.

SILVA, P. B. G. Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos. In: BARBOSA, L.M.A. et al. (Org.). **De preto a afrodescendente: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2003b.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

_____. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2000. p.155-172.

SILVA, P. B. G.; ARAÚJO-OLIVEIRA, S. E. **Cidadania, ética e diversidade**: desafios para a formação em pesquisa. Apresentado no VI Encuentro – Corredor de las ideas del Cono Sur “Sociedade civil, democracia e integración”, 6, Montevideo, 12 mar. 2004. [cópia].

SILVA, P. B. G.; BERNARDES, N. M. G. Roda de conversas: excelência acadêmica é a diversidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 61, n. 1, p. 53-92, jan./abr. 2007.

SOUZA, P. C. A. A questão do negro: intervenções da arte em busca de compreensões étnico-raciais. **Lecturas**, Buenos Aires, ano 14, nº 136, set. 2009a. Disponível em: <[http://www.efdeportes.com/efd136/em-busca-](http://www.efdeportes.com/efd136/em-busca-de-compreensoes-etnico-raciais.htm)

[de-compreensoes-etnico-raciais.htm](http://www.efdeportes.com/efd136/em-busca-de-compreensoes-etnico-raciais.htm)>. Acesso em 20 out. 2009.

_____. Mundo diverso: transversalidades da arte na sala de aula. In: 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas: Transversalidades nas Artes Visuais, 2009b, Salvador. **Anais...** Salvador, EDUFBA, v.18, 2009b. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/2009/pdf/ceav/paulo_cesar_antonini_de_souza.pdf>. Acesso em 20 out. 2009.

TORRES, M. S. H. Raza: variables históricas. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, Colômbia, n. 26, p. 16-27, abr. 2007.



* **PAULO CÉSAR ANTONINI DE SOUZA** é Mestre em Educação e doutorando no PPGE/UFSCar - São Carlos